

18° Congresso Brasileiro de Sociologia

**Grupo de Trabalho:** GT 23 Sociologia da Cultura

**Título do trabalho:**

Uma sociologia para os escândalos políticos contemporâneos:  
A produção de agentes, retóricas e temáticas no ambiente de polarização política

Roberto Grün (UFABC)

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

## O espaço cultural

Uma cronologia significativa para a explicação para a sociologia dos escândalos do Brasil do início do século XXI passa principalmente pela configuração progressiva do nosso “campo dos escândalos” contemporâneo. Em termos mais macro situados, se trata, principalmente, por darmos conta da especificidade do alargamento do espaço democrático na história recente do Brasil e como esse novo espaço simbólico e político que engendra escândalos e nos faz esperar novos eventos da mesma natureza é uma decorrência quase automática do aprofundamento da democracia. Ainda que possa parecer contra-intuitiva, essa associação entre “mais democracia” e escândalos é uma característica praticamente universal da contemporaneidade e a literatura internacional nos serve não só para procurar saliências na situação brasileira, como também para comparar e pô-la em perspectiva, diminuindo a percepção de que se trataria de evento ao mesmo tempo particular e negativo da nossa sociedade.

Poderíamos iniciar essa história com as extensões progressivas do direito de voto desde a instalação das vilas coloniais, passando pela Independência, pela proclamação da República, pelo instituto do voto secreto e pelas outorgas de direitos para os menos afortunados, mulheres, analfabetos, índios, menores de idade e, possivelmente no futuro, a estrangeiros. Num outro plano, convergente, precisamos avaliar o papel das ditaduras políticas, que agem no sentido de comprimir o espaço político pré-existente, seja diretamente através da legislação e da repressão política, seja indiretamente, inibindo a afirmação de tendências que poderiam se manifestar mais facilmente num mercado político menos constrangido, como a de porta-vozes de comportamentos sexuais até então reprimidos e de novos estilos de vida que surgem na contemporaneidade e que a representação política ajuda a legitimar, a encorajar e a disseminar.

Especificamente, as ditaduras políticas têm efeitos diretos, bem conhecidos, sobre o espaço das profissões e atividades culturais de maneira geral. Dentre elas a necessidade de união dos diversos setores e indivíduos que de maneira geral “vivem da pena”, diretamente sua ou de seus empregados. Ainda que as soluções de força para as democracias sejam estimuladas e, às vezes até patrocinadas por setores culturais, a lógica dos arranjos autoritários é de cercar

o desenvolvimento dos mercados para os produtos do setor, por mais que alguns produtores se mantenham em concordância com os motivos e métodos autoritários. Mais do que isso, na normatividade das sociedades ocidentais contemporâneas a compressão da atividade cultural é intrinsecamente deslegitimada restando, é claro, o jogo polissêmico que avalia quais ações ou omissões correspondem, no tempo e no espaço, a “verdadeiros” atos de censura e quais são simplesmente o resultado do livre jogo dos mercados culturais ou da justa ação dos estados ou dos indivíduos e grupos atingidos por publicidade negativa desastrosa, mesmo sendo indevida.

Na lógica objetiva do ocaso da ditadura brasileira que começou nos anos 1960 e passou a perder credibilidade a partir da segunda metade dos anos 1970, essa censurava a ação científica e cultural, se fazendo “inimiga da cultura e da ciência”, e reunindo contra ela os diversos setores culturais, passando por cima de suas diferenças<sup>1</sup>. Essa reação fez os produtores culturais acumularem no período um montante de capital simbólico muito significativo, que foi acionado para desimpedir sua ação profissional das amarras colocadas pelo “Leviatã”, ao mesmo tempo que essa ação também cresceu ainda mais magnitude à essa propriedade social detida pelos produtores culturais. As razões dessa configuração não nos cabe elucidar no momento, mas a constatação carrega múltiplas consequências<sup>2</sup>.

E um corolário, que também não pode ser explorado nesse momento é que, muito rapidamente, a partir de um certo momento aqueles produtores culturais que se associavam publicamente aos governos militares tinham seu prestígio reduzido à nulidade no seu espaço profissional, a ponto de serem repudiados e

---

<sup>1</sup> Ainda que, objetivamente, essa apreciação esteja sujeita a questionamento, uma vez que os órgãos federais de fomento à pesquisa tenham se desenvolvido muito no período militar. Mas estamos mais numa disputa de narrativas do que numa avaliação científica neutra.

<sup>2</sup> E um dos atos instituintes mais marcantes dessa união aparentemente ilógica de produtores culturais de posições políticas antagônicas foi a pauta social e econômica deflagrada pela série de reportagens sobre ‘as mordomias do setor estatal brasileiro’, que uniu os dois lados e abriu a avenida para a contestação geral do regime militar Kotcho, R. (01/08/1976). Assim Vivem os Nossos Superfuncionários. Estado de São Paulo. São Paulo.

, GRUN, R. (1999). Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. Revista Brasileira de Ciências Sociais. **14**: 121-140.

, Kotcho, R. (2005). Mordomias. 10 reportagens que abalaram a ditadura. F. Molica. Rio de Janeiro, São Paulo, Record: 141-174.

praticamente extirpados de seu meio de atuação. Os casos mais destacados foram os dos cantores Wilson Simonal e Dom & Ravel, além dos cineastas que produziam cinejornais de exaltação, especialmente Jean Manzon. Mais do que isso, a simples existência desses agentes funcionava como galvanizador de uma frente cultural “contra a ditadura” que, de um lado amplia a sua deslegitimação na medida em que esse processo se amplifica e também reforça a união de grupos que seriam antagônicos se pensarmos numa situação de autonomia do mercado de ideias.

De maneira contra-intuitiva para as habitualidades forjadas durante os anos que se seguiram ao final da ditadura militar, as diversas iniciativas pela liberdade cultural acabaram criando uma unidade inédita do espaço cultural, cerrando fileiras contra o governo militar. Sociologicamente, a circunstância alimenta perguntas interessantes sobre a construção da autonomia do campo cultural brasileiro durante a ditadura e a particular arquitetura que surge nessa configuração e seus desdobramentos posteriores. Dentre os inúmeros pontos que essa agenda pode suscitar, especificamente para explicarmos os escândalos, creio ser interessante elucidar as seguintes: Como se organizou a polarização interna? E as relações com os setores que costumam tutelá-lo em configurações menos complexas?

A observação retrospectiva do período mostra que a mídia mainstream saiu da ditadura como polo dominante da configuração. Nesse sentido, numa avaliação a partir da cena paulista que teria de ser testada em nível nacional, podemos destacar dois episódios marcantes. Um dos eventos do imediato pós-ditadura foi, muito sugestivamente, a publicação, pelo jornal Folha de São Paulo, da chamada “lista dos improdutivos da USP”. Outro ponto a ser ressaltado é o da profusão de pesquisas de opinião que passou a frequentar a mídia a partir do mesmo período.

Fatos díspares se comparados um com o outro, mas convergentes se pensarmos na diferenciação do espaço da cultura e da imposição de uma hierarquia interna. Nos dois casos observamos a autonomização da mídia e da indústria cultural em relação ao reconhecimento da capacidade diferencial dos intelectuais no sentido estrito daquele momento. A lista assinala a reivindicação da capacidade de impor julgamento nas atividades que (eram) são característica específica do outro segmento. As pesquisas de opinião do período construíam

uma pauta e tentavam construir uma agenda que registrava e hierarquizava quais eram os problemas relevantes da sociedade brasileira de então. Em ambos os casos os produtores culturais não subordinados à mídia comercial perdiam espaços, assinalando a polaridade e fazendo registrar a hierarquia que o campo estava estabelecendo.

A lógica da configuração nos sugere a pertinência do esquema proposto por Bourdieu para dar conta do relevo dos sistemas culturais, no qual a produção e os produtores culturais são divididos entre produtos & produtores destinados a alimentar as necessidades profissionais e a procura de outros intelectuais e o outro segmento, no qual a lógica é a produção para o consumidor final (Bourdieu 1992). De um lado a autonomia intelectual, do outro a busca de uma sintonia com a lógica do consumidor externo (CE). Na prática ao mesmo tempo comercial e cultural, ocorre tipicamente uma atribuição de conservadorismo do CE a qual, provavelmente, funciona mais na lógica da profecia autorrealizante do que da constatação empírica prévia<sup>3</sup>.

As razões dessa atribuição podem ser decalcadas dos precedentes históricos listados acima. Especificando o caso brasileiro, o impensado da atribuição provavelmente pode ser explicado pelas tensões internas do campo intelectual, no qual essa característica imputada fornece um espaço de legitimação para os produtores que operam na lógica comercial. Entre outras consequências, ela se alimenta, e retroalimenta, um anti-intelectualismo pré-existente na cultura nacional e dá cores locais àquela tensão já identificada em diversos outros espaços culturais do Ocidente.

---

<sup>3</sup> A literatura acadêmica enxerga duas possibilidades de explicação para essa atribuição, que não são necessariamente excludentes. A primeira seria que a propriedade dos meios de comunicação por parte de capitalistas dotados de agendas econômicas, políticas e ideológicas específicas e conservadoras simplesmente faria com que a mídia vergasse para a defesa de seus interesses e preferências. A segunda abordagem dá mais peso aos constrangimentos organizacionais oriundos da profissionalização do jornalismo, a rotinização da produção de notícias e demais conteúdos em primeiro lugar, mas também a construção de uma identidade profissional. Na situação brasileira encontramos elementos para justificar as duas posições. Os meios de comunicação brasileiros relevantes têm sua propriedade muito concentrada em poucas famílias, num cenário que já se prolonga no tempo. Por outro lado, os constrangimentos organizacionais e identitários também estão presentes. A questão da necessidade ou não de diploma específico para o exercício da profissão, bem como a ameaça de “desprofissionalização” que estaria contida na difusão do uso da internet e demais tecnologias contemporâneas recolocam constantemente esse constrangimento especificamente profissional, tanto na esfera formal e legal quanto naquela da particularidade do conteúdo das notícias produzidas pelos profissionais, quando comparadas àquelas que pululam na internet.

A partição bourdieusiana sugere que poderíamos dividir significativamente os ofícios culturais, atribuindo ao setor comercial a função de “comunicar” conteúdos e ao setor “intelectual” e de produzi-los. Num primeiro momento, que poderíamos chamar de “acrítico”, a segunda tarefa é intrinsecamente mais nobre do que a primeira, mas na lógica da concorrência o poder econômico e simbólico do capital econômico faz com que os primeiros tendem a construir argumentos que os legitimem e invertam a hierarquia que os subordina. Aparece então a função de evidenciar e comunicar o “bom senso” da população contra as “construções fantasiosas, descabidas e/ou irrealistas” dos produtores intelectuais propriamente ditos. É também da lógica do funcionamento dos campos que, mais do que possivelmente, esse raciocínio possa ser amplificado, e o recurso, pelos nossos difusores, a autoridades culturais internacionais e “o desprezo” das autoridades intelectuais locais seja mais um capítulo da disputa, um corolário lógico da sua deflagração. Nele o gatekeeping do setor da distribuição cultural acaba se impondo ao produtor nacional, em termos exclusivos de conteúdos produzidos e como resultado dessa configuração o campo brasileiro como um todo tende a se subordinar ao internacional, evidentemente configurado de acordo com os gostos e interesses dos distribuidores.

Tanto a eclosão da miríade de pesquisas de opinião quanto os contenciosos abertos com a lista dos improdutivos servem bem a esse propósito geral. O primeiro grupo dotou a mídia de uma capacidade inaudita de formular questões, torna-las pertinentes e obrigar os demais agentes sociais anteriormente capazes de produzir essas questões a simplesmente atuarem como comentadores daquelas que a mídia apresentava como pertinentes. Em linguagem que se tornou corrente posteriormente, a mídia encontrou nas pesquisas de opinião um instrumento socialmente indiscutível de “agenda setting”, suscitando problemas e os ângulos através dos quais eles poderia ser tratados. E ao fazê-lo, tirar da agenda outras questões que também poderia suscitar debate na esfera pública. A lógica da instalação de um ramo de produção de pesquisas de opinião pode ser considerada nela mesma como um simples aproveitamento de uma oportunidade econômica e a sua propagação como uma estratégia mercadológica de aumentar a procura para seus produtos. Mas, para nossos interesse do momento, essa nova potência deve ser analisada não tanto nela

mesma, mas como um instrumento que se soma, e rivaliza, com outros instrumentos de tentativa de produção de agenda, como a difusão, por critério interno do espaço científico ou cultural, de questões morais, problemas sociais, de saúde, ecológicos, econômicos estabelecidos como prioridade no próprio espaço. E, além disso, os tradicionais abaixo-assinados e petições que começaram a ser utilizados internacionalmente pelos produtores culturais e outros grupos mobilizados a partir principalmente do caso Dreyfus na França do final do século XIX e que continuam a ser empregados em questões divisivas, como as cotas raciais .

A “lista dos improdutivos” provavelmente foi o resultado imediato de uma “turf battle” interna à USP, mas suas consequências foram muito além. A crítica acadêmica ao realinhamento de forças que diminuía sua altura na sociedade é constrangida pela necessidade de responder pelos próprios pecados em relação às virtudes do trabalho árduo, profundo e contínuo que os intelectuais acadêmicos deveriam estar realizando segundo sua própria auto-definição. Enfim, uma versão situada do tópico “os fariseus não têm autoridade moral para falar em virtude”.

A cientometria começava a se insinuar na disputa pelos critérios de avaliação do desempenho acadêmico e instalá-la como princípio diferenciador era um objetivo das autoridades intelectuais que surgiram do final da ditadura, na sua luta recém deflagrada contra o sindicalismo universitário, urdido no mesmo processo e concorrente direto pela primazia na condução das universidades.

O primeiro grupo conseguiu a direção da Universidade mas foi desafiado pelo segundo numa configuração que persistiu até pelo menos a primeira década do século XXI. Num momento em que “qualidade” era a principal palavra de ordem do *aggiornamento* econômico, os novos dominantes se fazem arauto da “qualidade científica e acadêmica” e assim ganham adesões dos diversos grupos que, na sociedade, procuram finalidades homólogas em seus respectivos espaços profissionais e econômicos. Já os sindicalistas retomam as bandeiras do pré-1964, tentando fazer passar uma outra noção de pertinência, mais ligada à ação social das universidades enquanto criadoras de oportunidades pra as camadas menos privilegiadas da população e de produção autóctone de ciência e tecnologia adequadas para o capitalismo e a sociedade brasileira.

Num outro plano, mais diretamente ligado ao nosso problema atual, cabe destacar a sugestão do uso do “vazamento para a mídia” da tal lista, que provavelmente inaugura uma tendência geral nos diversos campos profissionais de fazer a imprensa repercutir um determinado ponto de vista da disputa interna e reforçar as posições que se alinham em torno dessa visão. Ao mesmo tempo, esse uso sistemático da mídia nos contenciosos de outros grupos, objetivamente concorrentes na disputa pela capacidade de impor agendas na esfera pública acaba reforçando a mídia diante de todos os outros espaços<sup>4</sup>.

Outro ponto são as discussões daquele momento sobre a acuidade & cientificidade das pesquisas de opinião. O constructo já gozava de legitimidade internacional e diversos atores universitários se insurgiam contra a sua “ditadura”, aumentando a sensação de passadismo e localismo que já os rondava<sup>5</sup>. Os eventos arrolados assinalam a tensão entre os dois grupos e formas de intervir na realidade, marcando bem que a mídia e suas formas parecem preponderar, resultado que será relevante para nossa sociologia dos escândalos. Na lógica do anti-intelectualismo, “comunicar” se torna equivalente a “fazer” e “produzir conteúdos” (de qualidade automaticamente duvidosa pelo simples fato de serem novidade) passa a ser considerado o desvalorizado “falar”, conotado como “sem consequências práticas”.

Estamos diante de uma batalha simbólica na qual um dos lados primeiro pretende encarnar o “bom senso” e depois se torna senhor absoluto dessa entidade fugidia mas atuante. Donos do “bom-senso”, os donos da mídia irão zelar judiciosamente pela manutenção e ampliação desse monopólio. A lógica dessa apropriação aparece primeiro na disputa interna ao espaço cultural mas

---

<sup>4</sup> Um exemplo mais recente no Tribunal de Justiça de São Paulo, reforçando a posição de seu presidente em detrimento de outros grupos Nalini, J. R. (06/01/2015). "A Justiça deve investir em produtividade." O Estado de São Paulo.

<sup>5</sup> O uso da estatística, traço comum entre a cientometria e as pesquisas de opinião, como retórica de imposição da ordem e da hierarquia que vem junto na rubrica “governamentabilidade” se insinuava nas análises de Foucault sobre os modos de dominação contemporâneos. Ele produz opacidades diferentes daquelas que os intelectuais e o campo do poder como um todo estavam acostumados. Ela torna difuso o lócus do poder e engana sistematicamente aqueles que procuram personificá-lo num ator bem definido e, portanto, alvo da crítica. O prosseguimento da crítica deslocada acaba deslegitimando os críticos Brass, P. R. (2000). "FOUCAULT STEALS POLITICAL SCIENCE." *Annual Review of Political Science* 3(1): 305-330.  
, Desrosières, A. (2008). L'argument statistique 2 Gouverner par les nombres. Paris, Mines ParisTech-Les Presses.

rapidamente se expande na tentativa de subordinar o espaço contíguo da política. E o debate nacional instaurado na Assembleia Constituinte será o grande palco onde essa tentativa será acionada. As “ousadias” dos constituintes serão ridicularizadas sistematicamente, numa lógica argumentativa que guarda muita analogia com aquela empregada no embate anterior.

Na era da “revolução conservadora”, que impõe como enquadramento cognitivo a noção de que o governo do país deve ser entendido como um governo da família estendido, qualquer novidade, seja no campo econômico, seja no social, no ecológico ou no dos costumes passa a ser vista como ousadia de sonhadores que não têm noção dos custos de suas pretensões, nem das consequências negativas de atos bem intencionados mas desprovidos de análise objetiva sobre os inevitáveis efeitos perversos de suas desarrumações. Se os políticos ousarem extrapolar os limites da razoabilidade assim entendida, cabe à imprensa exercer o seu papel de “4º poder” e, através da denúncia sistemática do descalabro existente ou anunciado, criar clamor “popular” visando constranger os políticos a mudarem de rumo.

A narrativa conservadora hegemônica funciona como um enquadramento geral que produz efeitos mnemônicos no sentido de se robustecer quando seu funcionamento atinge a plenitude. No “agenda setting” que ela engendra e que subsequentemente a reforça, as notícias negativas preponderam sobre as positivas, havendo espaço principalmente para aquelas que reiteram o custo das possíveis transgressões ao senso comum pessimista em relação à natureza humana e aos esforços pra minorar as consequências das mazelas econômicas e sociais. Nesse contexto, tragédia é notícia, melhoria não, sobretudo se for contínua.

A explicação da lógica mnemônica e sociológica do enquadramento negativista pode ou não apontar responsáveis diretos pelo pessimismo, ainda que prescindindo dele. Mas essas liberdades analíticas existem somente no papel. Na arena superaquecida da política do Brasil contemporâneo, ela engendra narrativas conspiratórias nas quais preponderam as vontades, implicitamente execráveis, sobre os constrangimentos estruturais que pesam sobre o funcionamento dos campos e instituições que convergem na criação dos escândalos.

De um lado a imputação do caráter intrinsecamente crapuloso do grupo que chegou ao governo federal com Lula: quaisquer eventos dotados de positividade

que ocorrem a partir de então só podem ser obra do acaso e, se não, seriam a simples cobertura populista para o grupo se manter no poder e portanto destituídos de verdadeira intencionalidade e mérito. Mais do que isso, neles é sempre conveniente buscar formas de enriquecimento ilícito e de favorecimentos pessoais que seriam propiciadas pelas novidades. Aquelas novidades, indubitavelmente preferidas pela população e já testadas pela continuidade do seu funcionamento, seriam ruinosas para as contas públicas e para o caráter dos beneficiados.

O estudo da gramática dos escândalos, das formas semânticas que fazem uma proposta de escândalo ser aceita na esfera pública, também chama a atenção para os objetos mais típicos da escandalização, os indivíduos ou grupos mais sujeitos a serem objeto da execração pública. As sociedades constroem ordens de grandeza de seus indivíduos a partir de diversas provas pelas quais eles passam seja na esfera cívica, seja na econômica, na política, na ambiental ou em outra. A origem social elevada, real ou percebida, potencia positivamente o indivíduo ou grupo testados, acontecendo o contrário para aqueles que são considerados de origem indigna. Nesse contexto, como quer (Boltanski 2007) ***“Parece, para ser mais exato, que o indivíduo objeto de escândalos ideal – se assim podemos dizer – seja não um “grande”, mas um indivíduo que seja considerado, certa ou erradamente, como um poderoso cuja força não é legítima, que disponha de poder sem entretanto ter esse poder confirmado por uma autoridade legítima”*** . (p.421).

A constatação direta dessa predisposição vem da análise da França pré-revolucionária. Em sociedades nas quais a desigualdade dos indivíduos é considerada natural, essa afirmação parece não oferecer problemas. Mas como ela poderia ser estendida para as sociedades nas quais a igualdade humana se tornou uma norma explícita e incontornável?

As Ciências Sociais contemporâneas mostram a desigualdade que existe “realmente” por detrás da imputação de igualdade. Menos explícita e decididamente, a tensão que se cria diante das constatações da desigualdade de fato. Além da normatividade denunciatória, podemos também observar a performatividade que a denúncia é capaz de provocar, no sentido de fazer diminuir as causas percebidas da desigualdade. Por outro lado, os estudos focados mostram que há diversas maneiras de se construir “grandezas” que

seriam sucedâneos da nobreza à disposição dos indivíduos e principalmente das famílias preocupadas com a reprodução ou ascensão social atual ou de sua progenitura. Analiticamente, podemos falar na produção de descontinuidades na estrutura social ou na percepção dela através da educação formal, educação mundana, heranças econômicas ou feitos heroicos avaliados pela opinião pública. Como não poderia deixar de ser, a mera menção da existência de uma “nobreza republicana” já fere a doxa democrática e causa desconforto. Mas a dinâmica dos escândalos revela justamente essas descontinuidades e, mais do que isso, como e quando elas são produzidas e a partir de quais propriedades sociais.

A capacidade de expor as desigualdades e cobrar a sua atenuação é tanto maior quanto suas causas são consideradas ilegítimas. Dinheiro ou poder conseguidos de maneira ilegal seriam os exemplos mais evidentes de vantagens indevidas que devem cessar de existir. Mas, no outro extremo, chama a atenção o sucesso social da produção da subespécie brasileira contemporânea daquilo que (Bourdieu 2004) chamou de “racismo da inteligência” (<http://www.monde-diplomatique.fr/2004/04/BOURDIEU/11113>). Essa última criação goza de extrema opacidade enquanto mecanismo de produção de desigualdades e de descontinuidades na estrutura social em geral e nos seus subespaços particulares.

Conforme veremos, não foi então por acaso que Brasil redemocratizado criou um standard de nobreza cultural particularmente eficiente para produzir a “nossa” opacidade. Trata-se de um sistema simbólico que opera com a figura do “alto clero”, em oposição à do “baixo clero”. Operacionalmente, o alto clero dispõe da capacidade de impor a submissão do baixo clero através do mnemônico menos percebido da “lição de casa”, que consagra a submissão cultural do segundo em relação o primeiro. Esse sistema simbólico erudito se tornou nativo e passou a exercer a magia performática que a sua naturalidade engendra. Posteriormente, essa classificação vai, pouco a pouco, se espalhando pelo tecido social e se disseminando pelos mais diversos espaços que funcionam como campos e a sociedade brasileira acaba se acostumando a esse padrão de imposição da hierarquia. A sua naturalidade, a naturalidade do predomínio dos mais inteligentes sobre os menos inteligentes parece fazer parte

da ordem natural das coisas e por isso parece não ferir o preceito formal da igualdade dos indivíduos.

Outro ponto essencial do tipo de dominação que foi se disseminando no Brasil contemporâneo e também pode ser entendida a partir da sociologia da crítica é a ideia de “*montée en généralité*”: a capacidade dos “grandes” em fazer acreditar que suas falas e seus atos têm razões mais profundas e não perceptíveis aos olhos dos indivíduos mais simples, ao mesmo tempo em que tal capacidade estaria normalmente associada a uma devoção incontestável ao bem comum da sociedade. Nossos grandes são, evidentemente, o alto clero e, creio eu, nenhuma sociologia da dominação no Brasil contemporâneo pode chegar a resultados satisfatórios sem dar conta da especificidade desse nosso racismo da inteligência, nosso mecanismo naturalizador e legitimador das diferenças que perpassam a sociedade brasileira.

Na lógica que a sociologia da crítica importou dos estudos sobre os sentidos da chamada “construção social da realidade” (Douglas 1986, Hacking 1999), surge a pergunta das formas de imposição do enquadramento cognitivo que dirá “O quê é a realidade”. Nesse embate de natureza eminentemente cognitiva e portanto cultural, podemos entender e aquilatar o poder do nosso “alto clero”. Ele impõe a sua visão dos fatores estruturantes que definem a realidade e cobra a submissão a eles através da imposição da lição de casa, da submissão dóxica e da necessidade de todos se conformarem, moral e cognitivamente, a ela. Primeiro os atingidos pela reprovação aceitam, aparentemente de maneira provisória, a centralidade dos critérios de julgamento propostos pelo “alto clero” a respeito de algum plano, ação ou conduta visando apenas aplacar a agitação política deflagrada pelo escândalo, para depois acabarem aceitando a definição mesma da realidade que é imposta pela aceitação dos critérios de avaliação “engolidos”.

Veremos que a dinâmica dos escândalos ao mesmo tempo revela esse jogo social e mostra os seus limites. E será justamente a partir da exploração do seus limites que poderemos explicar os momentos em que a dominação se afrouxa e que, por isso, permitem os desafios seguidos que o baixo clero petista tem oferecido à ordem dóxica imperante no Brasil contemporâneo. No Brasil contemporâneo, a submissão e a insubmissão dóxicas são mais perceptíveis a partir da condução e debates em torno das políticas econômicas. Mas

rapidamente esses debates se comunicam com a esfera política e vão desaguar nos escândalos. O recuo até a esfera econômica, especialmente na sua dimensão financeira, mas também algumas grandes transformações institucionais que acabaram prevalecendo apesar do zelo dóxico de nossas elites tradicionais será um recurso muito utilizado para dar carne empírica ao edifício analítico.

### Globalização, financeirização e escândalos

Finanças e escândalos são realidades aparentemente estanques, mas a cronologia da esfera política brasileira contemporânea mostra que não podemos falar significativamente de um desses eixos sem abordar o outro. Inicialmente, podemos falar na existência de um estoque de artefatos culturais que são manejados na construção, manutenção ou tentativa de obstrução de escândalos. Numa primeira aproximação, podemos dizer que eles são construídos ou reconfigurados a partir de duas narrativas diferentes para explicar a complexidade do mundo contemporâneo e a produção imagética que ela deflagra. De um lado a “globalização”, fenômeno tido como inexorável e não necessariamente negativo. Tanto no nível da sociedade quanto do indivíduo e instituições, caber-nos-ia encontrar as frestas da nova configuração para nos posicionarmos de maneira a aproveitar as transformações em nosso proveito. A globalização engendraria a “sociedade em rede” e boas posições nela seriam o resultado de estratégias pessoais e coletivas bem sucedidas e, principalmente para os efeitos na narrativa que nos interessam no momento, ao alcance de quem compreender bem o que está se passando e conseguir se livrar das amarras do passado. Como nos acostumamos a ouvir desde a década de 1980, o indivíduo, a empresa, a comunidade ou mesmo o país “flexível” terão na globalização muito mais uma oportunidade do que uma ameaça (Castells 1996, Boltanski and Chiapello 1999, Grün 2003)<sup>6</sup>.

Simetricamente, a ideia de que estamos vivendo a idade da “financeirização” nos faz ver o mundo de maneira sombria. A realidade que se deslinda é de uma

---

<sup>6</sup> E nossos “dinossauros” seriam justamente aqueles que não conseguem se adaptar às novidades do “meio ambiente”, que selecionaria os melhores, os indivíduos aptos a ocuparem posições importantes na nova sociedade “globalizada”.

sociedade cada vez mais desigual e destituída de anteparos contra as dificuldades da vida econômica e social, na qual os indivíduos ou têm a pequena chance de pertencer aos “happy few” ligados à alta finança, ou irão engrossar as fileiras cada vez mais numerosas do “precariado” sem perspectivas efetivas de melhora (TILLY 2001). Mas em relação a eras passadas teremos uma variação importante: boa parte dos novos happy fews são “self-made men” que construíram suas fortunas seja nas finanças, seja nas empresas de alta tecnologia. Ainda que estatisticamente essa saliência não seja tão expressiva, ela se torna muito visível em função da literatura celebratória tanto na imprensa quanto na política e na academia<sup>7</sup>.

A cronologia específica do espaço cultural construído em torno dos escândalos do Brasil contemporâneo pode começar com as privatizações dos governos Cardoso (1994-2002). Nelas aparecem os financistas como heróis de um grupo e vilões do outro, começando a configurar a arquitetura que vai se especificando na medida em que o tempo e os escândalos sucessivos vão dando forma ao conflito cultural. Na mitificação que começa a despontar, esse personagem vai ganhando centralidade, ao tempo em que desloca o “capitão de indústria” da imagem central de indivíduo rico ou de agente econômico poderoso. Segundo uma das narrativas, através das privatizações, os financistas seriam os agentes que nos livrariam do peso morto das empresas estatais, cuja simples existência desestruturaria a capacidade do estado nacional e também dos estaduais, de atuarem nas área então consideradas fins, como a saúde, educação e segurança pública. Nesse enredo o universo do Estado nacional brasileiro, tido como construído de acordo com a inspiração do “corporativismo varguista”, teria nas empresas estatais o símbolo e o principal empecilho para o desabrochar da sociedade em rede, já que “as corporações” personificariam e reproduziriam a rigidez social que tem de ser superada para adquirirmos a fluidez da sociedade em rede gozarmos de suas vantagens.

A narrativa alternativa lia os financistas como o suprassumo da rapacidade capitalista, devoradora dos empregos dos funcionários das empresas estatais

---

<sup>7</sup> E, não por acaso, surgem dois tipos simétricos de legitimação forte para financistas e empresários: financistas do “venture capital” – aqueles que arriscam seus capitais no financiamento de alguma novidade tecnológica de sucesso incerto; e os próprios empresários “inovadores”, que viabilizariam novidades tecnológicas capazes de transformar para melhor a vida da população.

e, mais geralmente, do bem-estar das comunidades afetadas pela privatização. Ela era facilitada por uma transformação morfológica em diversas dimensões: os novos financistas não eram, necessariamente, descendentes diretos das famílias de banqueiros tradicionais. Aliás, o protótipo central dessa nova figura acabou sendo construído a partir de personagens como Daniel Dantas e Armínio Fraga, oriundos de famílias distantes desse universo e considerados “self-made men” das finanças. Positivamente, tal saliência robustece a construção do mundo contemporâneo como a “sociedade em rede”, já que não foi a herança econômica direta e sim seu brilhantismo pessoal que trouxe esses personagens ao cume de nossas elites. Negativamente, como são descendentes de famílias tradicionais, fariam parte dos “mesmos”.

Evidentemente que tais construções irão rapidamente se apoiar uma na outra, construindo pares de significado, que serão melhor especificados adiante. Mas outro aspecto, menos enfatizado normalmente, também merece a nossa atenção. Trata-se da sociologia dos construtores dessa mitologia contemporânea, vital para a explicação dos escândalos e menos espontânea como processo de objetivação científica. A construção se torna uma espécie de sub-ramo da atividade cultural, que ganha uma certa autonomia, funcionando a partir de uma lógica própria, que poderíamos aproximar do conceito de campo de Bourdieu.

No calor da disputa a apreensão dessa novidade sói poder-se dar na esfera moral, espelhando a disputa maior. Seja estamos diante de um grupo de intelectuais iluminados que respondem às inquietações da população atônita diante dos descalabros, seja estamos diante de um conjunto de plumíferos a soldo, vendidos ao capital financeiro e seus baixos interesses.

Ou, ao contrário dos emplumados de sempre que não saem de suas torres de marfim nem abandonam suas teorias irrealistas, elitistas ou populistas, esses intelectuais entendem verdadeiramente o que se passa no Brasil contemporâneo e não se deixam levar pelas idiosincrasias do seu meio de origem. Teremos assim a atualização brasileira contemporânea do intelectual “mito-poético” caro à tradição de estudos weberiana. Operando na relação direta com o público consumidor não profissional da cultura, eles irão estabelecer uma ponte com o “senso comum”, e para dar conta desse processo teremos de usar de todo o arsenal de científico de objetivação desenvolvido para dar conta das situações

cotidianas nas quais também está investida a libido identitária do analista & pesquisador enquanto habitante da ágora, e não só sua identidade profissional, como ocorre no estudo de objetos menos divisivos.

Avaliar a acepção “correta” da noção de “senso comum” empregada acima é uma proeza profissional. Em situação de libido descontrolada, prepondera a tentação de “matar simbolicamente” aqueles que abraçam uma definição de atividade intelectual diferente e em muitos sentidos oposta àquela esposada por quem tenta dar conta cientificamente de uma realidade que os outros querem mais propriamente alterar e mesmo, ao nosso olhar indignado, aproveitar dela para buscar enriquecimento material. Mais uma vez, “congelar” a libido e as tensões identitárias próprias do espaço intelectual é talvez o principal desafio da objetivação científica da configuração social que gerou os escândalos e que em grande parte expressa seus dilemas na linguagem que eles nos acostumaram a usar e esperar.

## O espaço econômico

A privatização das empresas estatais se tornou uma necessidade óbvia na década de 1980. Evidentemente que o caráter do “óbvio” pode ser disputado e qualificado tanto no seu sentido intrínseco quanto naquele mais situado das guerras culturais às quais estamos nos referindo. Mas, nesse momento, importa mais a evidência da forte e hegemônica corrente cultural e econômica internacional do período que colocava esse processo como necessário para dar maior rapidez à disseminação de novidades tecnológicas, especialmente nas telecomunicações, mas também de “desembaraçar o Estado” desses entes que aprisionavam e subordinavam a lógica do interesse geral à lógica particular daqueles beneficiados pelos empregos e sinecuras gerados no então espaço dos “elefantes brancos”.

Na lógica das disputas pela validação do capital cultural e sua estabilização em capital simbólico, não foi por acaso que nossa vanguarda intelectual corporificada no “alto clero” autodeclarado que vimos acima avocou para si a nobre tarefa de realizar a privatização e assim abrir caminho para novos padrões de atuação tanto do estado como das empresas e entidades do setor privado. A tarefa era considerada legítima e urgente. Restava saber como ela poderia ser realmente operacionalizada.

Num panorama internacional de crises frequentes dos grandes países devedores da finança internacional amealhar capitais, internos ou externos, para efetuar a venda das empresas era uma tarefa complexa. Mas, como vimos considerada necessária e mesmo vital para “atingirmos níveis de I Mundo”. É então que aparece um dos grandes escândalos da “era FHC” e, a partir deles, entenderemos alguns pontos da lógica da sua eclosão, desenvolvimento e limites de propagação. Não por acaso, tal encadeamento será diferente daqueles escândalos aos quais nos acostumamos nos últimos anos.

Diante da escassez de capitais interessados, surge no horizonte os fundos de pensão das próprias empresas estatais, como entidades dotadas de parte relevante dos capitais necessários para a empreitada e dirigidas por equipes relativamente dóceis aos desígnios governamentais, ainda que o processo como um todo significaria a decadência social, ou mesmo a morte civil dos aderentes que os fundos teoricamente representavam. No mesmo sentido, os bancos de

fomento estatais, que deveriam emprestar dinheiro aos pretendentes à aquisição. Constrangê-los a aceitar fazerem parte do processo e ainda de forma subordinada aos arranjos propostos pelos novos banqueiros de investimentos e fundamentalmente em benefício desses últimos era uma tarefa que mobilizava toda uma rede de cumplicidades, ou de afinidades, políticas, ideológicas e financeiras.

Retrospectivamente o processo se realizou, ainda que de maneira incompleta. Numa abordagem dita “objetiva”, pouco importaria se através de cumplicidades ou de afinidades ou mesmo, se tal diferença pudesse ser descoberta ou ter alguma relevância. Mas, ponto importante em nosso argumento, a imputação de cumplicidade fornece elementos para uma narrativa conspiratória em que setores da política e do empresariado, mancomunados com representantes “vendidos” dos trabalhadores teriam fundamentalmente aproveitado a oportunidade para se apropriar do patrimônio público. Por outro lado, a “simples existência” de uma rede de afinidades, tanto entre os atores da privatização quanto da sociedade brasileira daquele momento com o “espírito do tempo” fornece elementos para a construção de outra versão, a da naturalidade e inevitabilidade do processo enquanto condição necessária para a atualização da sociedade.

Em termos estritamente lógicos ou mesmo factuais, as duas narrativas não são mutuamente exclusivas. Mas no debate público elas contribuirão para a construção de versões díspares da realidade. E cada uma dessas versões estará na base da arregimentação de grupos cada vez mais coesos de apoiadores & crentes e ganharão verossimilhança parcial, construindo as bases para a disputa política e cultural que assistimos nos doze primeiros anos de presidência petista. De qualquer forma, a narrativa “natural” foi anterior e preponderou sobre a “conspiratória”, tendo sido enquadrada e sustentada em “*montée en généralité*” como uma especificação válida da ideia mais geral de atualização da sociedade brasileira em relação ao “I Mundo” e de avanço rumo à “racionalidade econômica”.

Um outro escândalo, o do “apagão elétrico”, que ocorreu em sequência tanto temporal quanto causal, irá expor os limites da hegemonia. Cronologicamente, a sequência começa com as privatizações, encontra as reações não integralmente explícitas a ela, que ficam explícitas na tramitação legislativa da lei das

sociedades anônimas, ou da “governança corporativa” e vai diminuir o ímpeto de maneira inexoravelmente popular quando do racionamento de energia no sudeste do país, culminando na lenta agonia do afundamento da plataforma marítima da Petrobrás diante das câmeras dos telejornais. Essa sucessão irá certamente diminuir o capital simbólico de FHC e seu séquito mas, interessante, muito mais na população em geral do que nas elites que costumam (e ousam e são aceitas) ao se expressar habitualmente no debate dito “público”.

A saliência irá perdurar até nossos dias e é um ponto muito importante das diversas configurações que o Brasil atravessou desde os anos 1990. O prestígio do grupo que encetou as privatizações permaneceu praticamente intacto na esfera das elites, que reverenciam continuamente nosso “alto clero”, mas perdeu magnitude na população como um todo, ainda que os resultados eleitorais mostrem que esse fenômeno deve ser melhor situado geograficamente. Coloca-se um problema nessa partição das apreciações das elites e da população, como se as primeiras não conseguissem “guiar” as últimas, como se as elites brasileiras tivessem perdido a capacidade de exercer sua hegemonia cultural e política, como sugerido pelos resultados das eleições presidenciais. Mas será isso mesmo? A análise a partir da esfera financeira nos permitiu qualificar essa evidência, a mostrar seus limites e perceber os contornos das formas de exercício e suas limitações no tempo e no espaço. A pretensão atual é justamente de dar formas mais precisas e um alcance mais geral a essa percepção inicial.

De um lado, os “malfeitos” do período tiveram uma característica bem marcante: tudo indica que devem ser considerados como “tiros errados, mas na direção correta”. Os atos e fatos tidos como negativos foram considerados táticos, não estratégicos. Erros de procedimento, pois a direção geral jamais foi realmente disputada. Mesmo os depois vitoriosos petistas, quando se insurgiam contra a coalizão dominante, apenas conseguiam registrar os atos considerados corruptos como erros de conduta, mas não no estabelecimento de objetivos. Estávamos sob a tutela de uma doxa poderosa que inocentava, ou pelo menos atenuava o peso de qualquer ato, mesmo formalmente errado ou ilegal, mas que concorreria para atingir resultados que iam na sua direção. A “montée en généralité” oposta, que dizia serem as privatizações apenas expedientes para

enriquecer os seus promotores e setores agrupados jamais prosperou no seio das elites brasileiras. E mesmo entre os petistas, diversos episódios posteriores mostravam que mesmo eles não disputavam esse significado mais geral.

Na realidade, a doxa se revela na trama como uma espécie de âncora invisível, mas que jamais deixa de exercer sua tutela sobre os atos, os fatos e seus desdobramentos. Não entenderemos a deflagração, transcurso, desfecho nem tampouco as consequências de cada escândalo, bem como da sequência deles, se não tivermos em mente essa força cultural imensa. No mais das vezes ela se exerce como uma espécie de inércia, que fortalece os porta-vozes do conservadorismo, suas teses e seus comportamentos e, simetricamente, constrange seus desafiadores.

Interessantemente, e apesar da possível reprovação dos filósofos, aqueles porta-vozes irão dizer que simplesmente encarnam o *Zeitgeist*, o “espírito do tempo”, nomenclatura benevolente e mesmo produtora de conotações positivas, enquanto o nosso termo “doxa”, ou seu equivalente no debate público, a “ortodoxia”, serão renomeados pelos nossos agentes dominantes como a “racionalidade econômica”. O êxito nesse intento que ingenuamente parece apenas um jogo de palavras, dificilmente pode ser relativizado, pois jogou quaisquer desafio às suas opiniões e atos na fossa comum dos dejetos culturais. E, mais do que isso, funcionou no período como uma ameaça permanente de ostracismo àqueles que ousassem desafiar a “racionalidade”. Era a temporada de caça livre aos dissidentes, do “parque Jurássico”, o lugar mítico de degredo dos inconformados com a ordem econômica e cultural do tempo.

Olhando retrospectivamente, confirma-se a sugestão de (Boltanski 2009), decalcada de Durkheim (Müller 2013) sobre como entender a ação e as vantagens estruturais das classes dominantes, especialmente de seus setores culturais, diante dos debates e contraditórios na esfera pública. De uma maneira geral, se produz uma dicotomia entre regras técnicas e regras morais. Aproximando sua abordagem da nossa digressão, podemos inferir que as regras morais de Boltanski seriam justamente os objetivos mais gerais e os pontos considerados decisivos para atingir os estados positivos predicados pela doxa, ou pela nossa racionalidade econômica. E seus locutores mais reconhecidos seriam justamente os membros do nosso “alto clero”.

No esquema, as regras técnicas seriam mero instrumento para atingir as regras morais e estariam prioritariamente destinadas a instruir os simples executores das tarefas cotidianas sobre os procedimentos corretos para se atingir a finalidade moral estabelecida pelos dominantes, que também poderiam, mas somente eles, transgirem as regras técnicas, desde que em nome do cumprimento mais efetivo das regras morais. O estado futuro no qual a racionalidade se estabeleceria teria virtualidades superiores e busca-las, mesmo que ao custo de “quebrar regras formais”, seria uma conduta apenas simploriamente considerada errada. Qualquer indivíduo munido de compreensão efetiva dos verdadeiros objetivos da sociedade seria capaz de “absolver” as infringências que foram produzidas em nome desse desiderato superior. Correlativamente, se insinua que aqueles que cobrem excessivamente o cumprimento dos “regulamentos”, os membros do nosso “baixo clero”, seriam indivíduos de pequena capacidade de percepção sobre as realidades econômica, social ou política, prova suplementar de sua condição de inferioridade.

A pretensão se justificaria porque tais indivíduos privilegiados pela sua capacidade superior de raciocínio seriam capazes de descortinar as verdadeiras razões e finalidades para a existência das regras técnicas. Correlativamente, podemos inferir que o contrário deve ocorrer na apreciação dos atos daqueles que não têm essa capacidade reconhecida. Esse serão inexoravelmente julgados pelo cumprimento, ou não das regras técnicas estabelecidas. Bem se vê que nesse quadro cognitivo, nada mais natural do que julgar FHC de maneira mais benevolente do que Lula. E nada mais compreensível do que observar a inconformidade dos adeptos do segundo em relação ao “déficit de reconhecimento” de Lula pelas elites tradicionais do país.

Diminuir o Estado, destravar as amarras que o “Leviatã” impunha à sociedade como um todo, essa era a necessidade moral mais premente. Ela não surgiu na paisagem por acaso, mas antes foi o efeito de uma enorme mudança cultural, resultado sociológico do estabelecimento de uma nova convenção cognitiva, que se efetivou na metade dos anos 1970, tendo sido “trombeteada” de maneira explícita no episódio das reportagens sobre as mordomias do setor estatal. Os escândalos do governo Cardoso, ainda que mostrando mazelas graves nelas mesmas, foram perdoados quando e porque pudessem ser justificados como passos necessários para a consecução dessa finalidade última. Vê-se então que

julgar um escândalo nele mesmo, sem observar o pano de fundo da doxa e do espírito do tempo é, do ponto de vista analítico, uma tarefa inglória. Mas não o é do ponto de vista da prática política cotidiana conforme veremos adiante, já que são as crenças, e não um entendimento teórico abstrato, que mobilizam as tropas que se digladiam no Brasil contemporâneo. Introduce-se assim, sibilinamente, um problema analítico interessante, já que o analista dificilmente deixaria de simpatizar com algum dos grupos em disputa correndo assim o risco permanente de “comprar seus argumentos”.

Sobra, evidentemente, uma pergunta: bastaria então um grupo “se alinhar com a doxa” para desfrutar da indulgência da sociedade? A pergunta, aparentemente lógica, esconde o contexto que a produz. Se a doxa, ou o espírito do tempo, são um conjunto internacional e conhecido a especificação local, especialmente suas extensões de sentido, estão longe de serem diretamente dedutíveis do contexto genérico do qual elas originam. Na verdade, poderíamos mesmo dizer que o verdadeiro jogo social da imposição da “ideologia dominante” se faz através do controle das extensões de sentido entre o núcleo genérico dos enunciados e posturas mais gerais da doxa e as práticas discursivas, econômicas e políticas do cotidiano local brasileiro.

“Doxa”, ou “Zeitgeist” são aglomerados fluídos que ganham contornos mais preciso, digamos mais diretamente, contornos concretos, pela ação das elites locais. Indo além da capacidade de formular esses pontos, vemos que elas detêm a capacidade de exarar sentenças sobre a pertinência, ou não, de determinados aspectos dos discursos, práticas e realidades das sociedades que reconhecem a sua superioridade. Juiz da conexão ao “válido”, do “validável” o nosso alto clero é também uma autoridade moral, cujo poder simbólico pode ser aquilatado a partir das inúmeras rodadas de disputas sociais, nas quais a sua superioridade ontológica foi posta à prova.

A “prova do pudim” para essa capacidade vem da validação das inevitáveis extensões de sentido que irão catalogar, ou não, falas, atos e pessoas como recebíveis pela doxa & espírito do tempo ou, ao contrário, como na especificidade brasileira contemporânea, como descartados e condenados ao ostracismo do parque jurássico. Na linguagem do tempo, qualquer inovação social ou cultural corre o risco de ser catalogada como “jabuticaba” e qualquer

arranjo econômico e contábil tem um horizonte negativo, no qual será considerado como “pedalada”<sup>8</sup>.

A nossa “lição de casa” funciona heurísticamente como um validador à jusante da doxa e da sua propriedade. Quando, nas mais diversas situações em que a sociedade brasileira se depara com a necessidade de dar sentido a ações, reflexões ou mesmo na validação geral da qualidade das pessoas ou grupos, a enunciação da necessidade da realização da “lição de casa” nos mostra quem manda: quem enuncia a necessidade da sua realização; e quem obedece: quem aceita realizar a lição e, complementarmente, quando e como tais operações sociais e culturais são realizadas. No contexto da revolução conservadora conhecida pela alcunha de “neoliberalismo”, inovadores sociais ou ambientais seriam então meros produtores de jabuticaba. Concomitantemente, novas maneiras de se catalogar ou propor gastos e receitas, sem a benção dóxica, seriam apenas “pedaladas”.

Temos então um flexionamento direto dos músculos sociais: a distribuição social de capital cultural e simbólico se mostra transparente nas performances que assistimos a olho nu, ainda que talvez precisemos das lentes fornecidas pela sociologia crítica para enxergarmos as implicações menos imediatas do espetáculo que se realiza na nossa frente e, frisemos, que só é possível com nossa presença mais ou menos ativa. E essa configuração analítica, mais uma vez, transparece através dos escândalos, que assim funcionam como uma comprovação à jusante.

---

<sup>8</sup> Um exemplo forte, extraído do contexto empírico da disputa econômica que estudamos, foi o da estigmatização dos fundos de pensão brasileiros, como agentes “corporativos do passado varguista”, ao invés de do status internacional que eles gozam como sendo “elementos essenciais da estrutura de capitalização e de governança das sociedades contemporâneas do capitalismo avançado” Grün, R. (2016). “Capital cultural, conhecimento e dominação social: as pistas e os problemas levantados pela dominação financeira contemporânea.” *Sociedade e Estado* **31**: 403-431..